

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA
LTDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Valores em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/09/1996**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** possui **5** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARIQUEMES - RO, JI-PARANÁ - RO, CACOAL - RO, OURO PRETO DO OESTE - RO, PORTO VELHO - RO.**

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03 de fevereiro de 2.020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Obrigações repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Depósitos

Os depósitos demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

As Aplicações financeiras apresentadas possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	1.576.217	790.337
Relações interfinanceiras - centralização financeira (I)	61.183.290	73.563.666
TOTAL	62.759.507	74.354.003

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto a **CENTRAL SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com centralização financeira em no exercício de 2019 totalizaram R\$ 3.547.024, e R\$ 3.825.903 em 2018.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	73.488.678	56.739.854	130.228.531	86.342.675
Financiamentos	4.327.685	6.605.587	10.933.273	9.253.493
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.198.380	9.454.930	10.653.310	379.710
Total de Operações de Crédito	79.014.743	72.800.371	151.815.114	95.975.879
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.133.717)	(4.997.901)	(10.131.619)	(4.565.618)
TOTAL	73.881.026	67.802.470	141.683.496	91.410.262

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	22.290	52.791	-	75.081	-	-	-
A	0,50%	Normal	25.167.756	1.772.846	5.580.100	32.520.702	(162.604)	21.177.599	(105.888)
B	1%	Normal	46.291.340	3.928.798	3.967.301	54.187.439	(541.874)	43.030.044	(430.300)
B	1%	Vencidas	837.091	-	-	837.091	(8.371)	506.668	(5.067)
C	3%	Normal	34.258.562	3.357.731	1.054.008	38.670.300	(1.160.109)	19.868.050	(596.042)
C	3%	Vencidas	2.007.890	14.153	-	2.022.043	(60.661)	2.380.716	(71.421)
D	10%	Normal	8.598.597	862.446	51.901	9.512.945	(951.294)	3.792.876	(379.288)
D	10%	Vencidas	831.941	79.739	-	911.679	(91.168)	548.796	(54.880)
E	30%	Normal	3.291.971	315.773	-	3.607.744	(1.082.323)	1.232.293	(369.688)
E	30%	Vencidas	1.300.053	96.586	-	1.396.639	(418.992)	278.438	(83.532)
F	50%	Normal	1.974.632	144.483	-	2.119.115	(1.059.558)	681.456	(340.728)
F	50%	Vencidas	1.728.873	80.751	-	1.809.623	(904.812)	524.427	(262.213)
G	70%	Normal	405.067	61.392	-	466.458	(326.521)	205.237	(143.666)
G	70%	Vencidas	982.321	67.430	-	1.049.752	(734.826)	87.913	(61.539)
H	100%	Normal	961.178	-	-	961.178	(961.178)	399.298	(399.298)
H	100%	Vencidas	1.568.971	98.355	-	1.667.326	(1.667.326)	1.262.068	(1.262.068)
Total Normal			120.971.392	10.496.260	10.653.310	142.120.962	(6.245.463)	90.386.854	(2.764.897)
Total Vencidos			9.257.139	437.013	-	9.694.152	(3.886.156)	5.589.026	(1.800.719)
Total Geral			130.228.531	10.933.273	10.653.310	151.815.114	(10.131.619)	95.975.879	(4.565.617)
Provisões			(9.358.853)	(668.382)	(104.384)	(10.131.619)	-	(4.565.618)	-
Total Líquido			120.869.678	10.264.891	10.548.926	141.683.496	-	91.410.262	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	33.771.400	39.717.277	56.739.854	130.228.531
Financiamentos	1.211.558	3.116.128	6.605.587	10.933.273
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1.198.380	9.454.930	10.653.310
TOTAL	34.982.958	44.031.786	72.800.371	151.815.114

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	9.884.230	617.732	-	10.501.962	7%
Setor Privado - Indústria	121.295	-	-	121.295	0%
Setor Privado - Serviços	84.788.747	5.960.934	-	90.749.681	60%
Pessoa Física	34.788.992	4.297.347	10.653.310	49.739.649	33%
Outros	645.266	57.260	-	702.527	0%
TOTAL	130.228.531	10.933.273	10.653.310	151.815.114	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	4.565.617	2.343.716
Constituições / Reversões	7.914.023	3.311.810
Transferência para prejuízo	(2.348.022)	(1.089.909)
TOTAL	10.131.619	4.565.617

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.626.433	2,00%	3.666.155	4,00%
10 Maiores Devedores	25.843.144	17,00%	18.365.243	19,00%
50 Maiores Devedores	54.091.730	36,00%	34.916.091	36,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	11.203.550	11.205.800
Valor das operações transferidas no período	2.348.022	1.089.909
Valor das operações recuperadas no período	(735.042)	(1.092.159)
TOTAL	12.816.530	11.203.550

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados	375.427	148.813
Rendas a Receber	608.812	362.235
Serviços prestados a receber	376.651	29.989
Outras rendas a receber	2.158	1.356
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	230.004	330.890
Diversos	441.092	141.094
Adiantamentos e antecipações salariais	8.375	20.811
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	39.600	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	9.629	-
Impostos e contribuições a compensar	206.298	710
Pagamentos a ressarcir	8.861	-
Títulos e créditos a receber	132.672	87.916
Devedores diversos - país	35.656	31.656
(-) Provisões para outros créditos	(302.580)	(107.429)
(-) Com características de concessão de crédito (II)	(302.580)	(107.429)
TOTAL	1.122.751	544.713

(I) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2019, efetivamente recebidas no mês subsequente

(II) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
de Risco / Situação							
E	30%	Vencidas	43.772	43.772	(13.132)	15.565	(4.669)
F	50%	Vencidas	70.321	70.321	(35.160)	49.363	(24.681)
G	70%	Vencidas	23.486	23.486	(16.440)	19.360	(13.552)
H	100%	Vencidas	237.848	237.848	(237.848)	64.526	(64.526)
Total Vencidos			375.427	375.427	(302.580)	148.813	148.813
Total Geral			375.427	375.427	(302.580)	148.813	148.813
Provisões			(302.580)	(302.580)		214.858	
Total Líquido			72.847	72.847		41.384	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.317.866	3.755.503
Material em Estoque	5.642	-
Despesas Antecipadas (II)	70.672	210.673
TOTAL	3.394.180	3.966.176

(I) Está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição sindical, contribuição patronal, impostos, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) outras despesas administrativas a serem apropriadas.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.928.800	4.545.570
Participações inst financ controlada coop crédito	406.304	317.739
TOTAL	5.335.104	4.863.309

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		521.349	891.421
Terrenos		2.685.500	2.685.500
Edificações	4%	3.271.810	3.271.810
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(796.140)	(665.268)
Instalações	10%	1.061.784	369.684
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(277.212)	(137.934)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.688.719	1.484.395
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(731.190)	(600.628)
Sistema de Comunicação	20%	41.734	37.846
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.457.387	1.012.314
Sistema de Segurança	10%	229.364	197.599
Sistema de Transporte	20%	532.686	491.105
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(898.383)	(601.288)
TOTAL		8.787.406	8.436.558

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-

fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	51.983.681		45.299.376	
Depósito a Prazo	119.787.952	0,36	105.044.750	0,47
TOTAL	171.771.633		150.344.126	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	27.901.168	16%	25.054.161	17%
10 Maiores Depositantes	61.183.739	36%	56.455.599	38%
50 Maiores Depositantes	99.974.797	59%	92.256.221	62%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.628.121)	(5.516.988)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(254.110)	(184.918)
TOTAL	(6.882.231)	(5.701.906)

11. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	968.831	10.269.759
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(65.804)	(1.542.706)
TOTAL	903.027	8.727.053

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	61.553	-	46.049	-
Sociais e Estatutárias	1.227.273	-	890.700	-
Fiscais e Previdenciárias	400.162	-	336.846	-
Diversos	3.816.608	15.449	2.686.098	897
TOTAL	5.505.596	15.4492	3.959.693	897

12.a Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

Resultado de Atos com Associados (I)	985.266	717.514
Resultado de Atos com não Associados	23.859	23.859
Cotas de Capital a Pagar (II)	218.148	149.327
TOTAL	1.227.273	890.700

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.b Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	32.403	22.038
Impostos e Contribuições sobre Salários	312.945	265.396
Outros	54.815	49.412
TOTAL	400.162	336.846

12.c Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.528	-	15.083	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	474.671	-	333.003	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.504.404	-	1.141.656	-
Provisão para Passivos Contingentes	15.449	-	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	740.934	11.042	388.178	897
Credores Diversos - País	1.078.029	-	808.179	-
TOTAL	3.821.015	11.042	2.686.098	897

13. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de perda em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIRONDÔNIA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$1.030.156,65**, em ações de natureza cível. Ainda segundo a assessoria jurídica não existem demandas judiciais contrárias à cooperativa com probabilidade de perda provável, e por tal motivo não foi reconhecida provisão para demandas judiciais em 31/12/2019

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	26.445.336	22.184.397
Quantidade de Associados	7.412	5.296

b) Reserva Legal – Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **50%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em 31/12/2018, no valor de R\$ 1.512.836.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.581.234	3.782.090
Sobra líquida do exercício	4.581.234	3.782.090
Destinações Estatutárias	(2.748.740)	(2.269.254)
FATES (10%)	(458.123)	(378.209)
Fundo de Reserva (50%)	(2.290.617)	(1.891.045)
Total	1.832.494	1.512.836

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	302.397	165.042
Rendas de Empréstimos	22.725.247	16.735.807
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.129.522	1.337.268
Rendas de Financiamentos	1.812.383	1.370.294
Rendas de Financ. Rurais - Aplica. com Rec. Direcionados à vista (obrig.)	315.728	72.306
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	609.240	1.340.552
TOTAL	27.894.517	21.021.267

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(6.882.231)	(5.701.906)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(258.262)	-
Provisões para Operações de Crédito	(11.618.038)	(3.216.850)
Provisões para Outros Créditos	(477.672)	(116.826)
Reversão de Provisões Operacionais	4.735.077	29.060
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	(621.068)	-
TOTAL	(15.122.194)	(9.006.522)

18. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(75.200)	(88.940)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.218.195)	(1.003.854)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.376.903)	(1.017.548)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.827.291)	(1.594.936)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.131.272)	(4.071.910)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(16.373)	(29.504)
Despesas de Remuneração de Estagiários	-	(1.094)
TOTAL	(9.645.235)	(7.807.786)

19. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(249.996)	(168.864)
Despesas de Aluguéis	(574.121)	(445.961)
Despesas de Comunicações	(331.197)	(332.215)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(107.200)	(100.349)
Despesas de Material	(113.799)	(96.813)
Despesas de Processamento de Dados	(85.180)	(77.458)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(180.440)	(184.371)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(137.745)	(107.534)
Despesas de Publicações	(2.351)	(3.140)
Despesas de Seguros	(112.665)	(87.128)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.502.847)	(993.662)
Despesas de Serviços de Terceiros	(279.349)	(253.337)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(529.597)	(467.858)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(235.343)	(262.922)
Despesas de Transporte	(708.657)	(455.477)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(1.776)
Despesas de Viagem no País	(245.585)	(283.757)
Despesas de Amortização	(20.737)	(21.173)
Despesas de Depreciação	(698.741)	(489.996)
Outras Despesas Administrativas	(171.422)	(251.746)
Emolumentos judiciais e cartorários	(94.967)	(136.251)
Contribuição a OCE	(57.096)	(46.354)
Rateio de despesas da Central	(913.679)	(1.158.613)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(697.922)	(280.179)
TOTAL	(8.050.637)	(6.706.933)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	122.323	306.396
Dividendos	43.089	28.128
Crédito Receita Sipag - Faturamento	869.424	153.444
Crédito Receita Sipag - Antecipação	1.004.759	272.380
Fianças	5.150	-
Outras Rendas Operacionais	537.993	88.746
Juros ao Capital	276.413	254.015
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	621.068	-
Rendas Juros Cartão De Crédito	897.633	-

Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	101.254	-
Deduções e abatimentos	13.695	6.996
TOTAL	4.492.802	1.110.104

21. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – Desp. de Desc. Concedidos em Renegociações	(14.216)	(2.388)
Despesas de Provisões Passivas	(1.052.560)	(263.489)
Outras Despesas Operacionais	(417.511)	(320.195)
Descontos concedidos - operações de crédito	(15.572)	(27.379)
Cancelamento - tarifas pendentes	(203.352)	(152.885)
TOTAL	(1.703.211)	(766.336)

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	59.075	-
Ganhos de Capital	14.383	46.976
Ganhos de Aluguéis	30.719	30.768
Outras Rendas não Operacionais	32.628	220.281
(-) Perdas de Capital	(177.838)	(292.068)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(376.170)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(1.586)	(406)
Resultado Líquido	(418.789)	5.550

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.885.882	0,55%	8.810
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	7.018.733	2,06%	61.926
TOTAL	8.904.614	2,61%	70.736
Montante das Operações Passivas	81.555.010	47,98%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.897	19	0,21%
Conta Garantida	311	2	0,01%

Empréstimo	6.599.212	57.533	5,89%
Financiamento	39.334	197	0,36%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.329.143	2,57%	0%
Depósitos a Prazo	8.356.630	6,98%	0,37%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,34%
Financiamento	1,23%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	97,39%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	4,12%
Aplicações Financeiras	47,98%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	6.831.278
Financiamento	291.565

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Coobrigações	446.412	962.478

h) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(75.200)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.218.195)
Encargos Sociais	(254.864)

24. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB UNI**:

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para

os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	35.295.744	28.208.708
Capital Principal - CP	19.983.530	14.568.395
Nível I	19.983.530	14.568.395
Índice de Basileia %	21,19%	23,24%
Razão de Alavancagem (RA) %	14,19%	14,02%
Índice de imobilização %	24,90%	29,91%
Ativos Ponderados pelos Riscos	166.529.415	121.403.290

Mario Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

